



6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE
+ 33 297 83 11 69 - info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Relatório do Workshop Técnico Atualidade Comunitária - 1 de fevereiro de 2017 - Bilbao

Depois de acolher os Membros e os agradecer pela sua presena, a ordem do dia da reunião foi apresentada.

Esta reunião pretende dedicar-se   realizao de um balano das decisões adotadas há pouco pelas Instituioes, a fim de orientar da melhor forma os trabalhos do CC Sul para o próximo exercício.

Para além disso, far-se-  um rápido ponto da situao relativo   vida do CC Sul, tendo sido proposto e validado incluir na agenda de trabalho uma apresentao das conclusões do Workshop Pesca Recreativa, organizado em Vigo em Novembro de 2016.

Vida do CC Sul

Ausência temporária das ONGs ambientais e Perspetivas:

As ONGs ambientais Membros do CC Sul prosseguem a sua suspensão temporária de envolvimento no CC Sul. Os motivos para tal não mudaram e referem-se   classificao das organizaoes Membros dos CCs para os assentos do Comit  Executivo, na sequência da decisão tomada no ano passado pela AG do CC Sul.

Interrogada pelas ONGs e empenhada em tentar desbloquear a situao que não afeta apenas o CC Sul, a Comissão Europeia tem vindo desde há vários meses a considerar diferentes opoes. Atualmente, a Comissão Europeia poderia propor modificar o Ato Delegado que rege o funcionamento dos CCs, de modo a formalizar o processo de autodeterminao colégio por colégio no que respeita   composio dos comit s executivos e acrescentar que, em caso de litígio, a arbitragem terá de ser realizada pelas AGs de cada CC, com base em elementos fiáveis e verificáveis.

Contudo, estas consideraoes ainda têm de ser examinadas aquando de consultas internas da Comissão. Aliás, estas serão propostas somente no caso de proporcionarem uma verdadeira mais-valia. Logo que conhecidas, as referidas propostas serão transmitidas ao CC Sul.

As ONGs ambientais reuniram-se a 31/01/2017, para decidir o seu posicionamento posterior e informaram os Membros do CC Sul do parecer subsequentemente emitido. As ONGs ambientais gostariam de prosseguir os trabalhos no CC Sul, mas enquanto a composio atual do colégio Sociedade Civil não for alterada, manterão a sua suspensão temporária. Com vista a um maior peso na emissão de propostas, propuseram   Comissão Europeia uma alterao do Artigo 2.2 da AD, de maneira a que uma lista de critérios simplifique a identificao das estruturas dependentes do setor. O conteúdo





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

preciso da proposta foi traduzido e transmitido aos Membros, constatando-se, assim, que a mesma também visava alargar o campo das estruturas a considerar como setoriais e reduzir consideravelmente o espaço de interpretação próprio de cada CC.

Estes elementos informativos deram lugar a inúmeras reações. Unanimemente, todos os intervenientes lamentaram a ausência das ONGs, que acarreta um funcionamento não natural do CC Sul. Na opinião de alguns Membros, o Presidente e o Secretariado do CC Sul deveriam voltar a contactar as ONGs para encontrar uma solução consensual que permitisse o regresso das mesmas. Na opinião de outros, é à Comissão que cabe posicionar-se em primeiro lugar.

O Presidente e o Secretariado referiram que tinham sempre mantido o diálogo com as ONGs, através de diferentes meios. Para além disso, recordaram ter defendido a organização de uma reunião de todas as partes - proposta essa que, infelizmente, não se concretizou. Além disso, afigura-se complicado reconciliar as posições expressas de modo maioritário pelos membros do CC Sul durante a Assembleia Geral anterior, com aquela atualmente assumida pelas ONGs.

Concluindo, aparentemente, apenas um novo posicionamento da Comissão poderá alterar a situação, pelo que será necessário aguardar o ponto de vista oficial da Comissão.

Renovação dos Estatutos:

Os Membros foram informados do método definido pelo Comité Executivo relativamente à revisão dos Estatutos. Tal como demonstrado pela anterior Assembleia Geral, a regra de decisão que abrange a modificação dos Estatutos já não é compatível com o número atual de Membros do CC Sul. Em especial, o absentismo poderia provocar o adiamento repetido da renovação dos Estatutos, cuja primeira função - relembre-se - é tornar o funcionamento do CC Sul juridicamente mais fiável. Por conseguinte, organizar-se-ão duas AGE este ano: A primeira em Abril, de modo a propor uma nova regra de decisão para a modificação dos Estatutos (devendo 2/3 das organizações presentes ou representadas, representar 50% de todas as Organizações Membros), antes que a AG anual e estival proceda verdadeiramente à renovação. Será, ainda, organizado um debate na Primavera para solucionar as principais questões subsistentes.

Tendo sido especificado que esta proposta permitiria uma margem de manobra que se afigura necessária para um assunto tão complexo e difuso, a mesma não foi questionada. Competirá, obviamente, ao Secretariado certificar-se, durante a AGE de Abril, de que o processo anual de adesão de cada um dos Membros e o exercício de representação sejam perfeitamente realizados.





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Possibilidades de Pesca

Conselho de Ministros Pescas de Profundidade:

Para o CC Sul, a questão fulcral deste Conselho dizia respeito ao Goraz na zona CIEM X. Foi adotado um parecer sobre o assunto e nesse âmbito, com vista à recondução das Possibilidades de Pesca por 2 anos, com base em novas informações científicas.

A obtenção da recondução foi amplamente apreciada, designadamente pelos Membros Açorianos, para os quais esta negociação assumia uma importância capital.

Contudo, também foi salientado o quão positivo seria trabalhar de modo mais global sobre a gestão conjunta das principais espécies demersais nos Açores, integrando uma dimensão socioeconómica e um melhor conhecimento das atividades de Pesca Recreativa.

No que respeita ao Goraz no Golfo da Biscaia, foi indicado que, a nível local, as impressões em termos de abundância, eram de uma melhoria substancial no período recente. Estão atualmente a ser desenvolvidos trabalhos em parceria com os cientistas, destinados, entre outros, a uma gestão mais atenta desta unidade populacional de um ponto de vista geográfico.

ICCAT:

Apesar de não ter sido antecipadamente informado pelo Secretariado, o representante do CC Sul na ICCAT, Enrique Paz, elaborou um excelente balanço global das decisões adotadas este ano. A seu ver, a edição 2016 da Plenária da ICCAT terá sido relativamente modesta em termos de alcance, ao contrário das perspetivas para 2017.

As decisões adotadas incidem essencialmente sobre:

- O Atum voador: Não podendo adotar uma regra de exploração a partir deste ano, as Partes Envolvidas definiram Possibilidades de Pesca para os próximos 4 anos (Roll Over 2017 e 2018 e 30 Mil Toneladas em 2019 e 2020). Estes níveis devem ser considerados como transitórios, na expectativa das decisões referentes a uma estratégia de exploração plurianual.
- O Espadarte: Foi definido um TAC para enquadrar a exploração desta unidade populacional.
- O Tubarão-Azul: Foi definido um nível de capturas de referência, baseado no histórico das capturas entre 2011 e 2015. Este nível deve ser considerado como um limite de vigilância, na expectativa da próxima avaliação.
- O Atum rabilho: Foi aplicada a recomendação de 2014, induzindo um aumento de 20% das Possibilidades de Pesca. Será realizada uma nova avaliação desta unidade populacional no próximo ano.
- O combate ao *Finning* e a política das barbatanas naturalmente ligadas: Mais uma vez, a União Europeia não conseguiu convencer as Partes Envolvidas.





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Para completar este balanço, as intervenções dos Membros incidiram sobre determinados pontos:

- Estratégia de exploração: Foram expressos alguns desacordos relativamente aos objetivos de gestão (MSY), modalidades de gestão e repartição de quotas, decorrentes da Obrigação de Desembarque, no que respeita ao Atum Rabilho. A Plataforma da Pesca Artesanal lamentou, em especial, que o aumento do TAC não beneficiasse mais a Pesca Artesanal, pelo que requereu uma alteração da repartição Francesa da quota entre Faixas costeiras.
- Chave de repartição do TAC de Atum Rabilho: É provável que algumas Partes tentem aumentar a sua parte respetiva na repartição do TAC, em detrimento da União Europeia, aquando das negociações do próximo ano sobre o atum rabilho, pelo que convirá estarmos especialmente atentos.
- No que respeita ao Atum voador, a decisão adotada foi criticada. Uma parceria com os cientistas, que poderia provavelmente ter sido mais estreita e um posicionamento tardio do CC Sul após as reuniões comunitárias de definição dos objetivos de negociações foram identificados como sendo as causas deste fracasso. Para além destas conclusões, considerou-se que uma subexploração desta unidade populacional seria prejudicial por constituir uma não-otimização óbvia do recurso. Para tal, será pedido aos Institutos Científicos competentes para avaliarem as decisões adotadas este ano, com vista a orientar debates e posicionamentos futuros.

Para além disso, houve intervenções mais específicas, sobre a repartição da quota de atum rabilho em Portugal - que, na opinião de alguns membros, beneficia demasiado as almadravas - e sobre os impactos dos DCPs nas pescarias artesanais de atum.

Conselho de Ministros de final de ano:

Os Membros foram convidados a expressar-se sobre o balanço das negociações do Conselho de final de ano relativamente às possibilidades de Pesca. Em especial, foi-lhes pedido para ultrapassar o quadro de análise Satisfação – Desilusão – Incompreensão, que acompanha habitualmente essas negociações, e identificar eixos de trabalho para o próximo ano.

As diferentes intervenções permitiram o destaque dos seguintes pontos:

- Gestão do Robalo nas águas do CC Sul: A maior parte dos Membros declarou-se satisfeita por a proposta da Comissão ter sido finalmente retirada. Na opinião de alguns Membros, essa proposta, para além de trazer poucas melhorias à gestão do Recurso, teria levado alguns navios de pesca a rejeições inevitáveis. Apesar de terem sido adotadas medidas de gestão a nível nacional, conviria, segundo alguns Membros e, especialmente, segundo a Plataforma, reforçá-las, devido aos rendimentos observados





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

por algumas profissões (*métiers*) e que apontam para um decréscimo substancial do recurso. Nesse âmbito, foi requerida a retoma dos trabalhos Inter-CCs. Os resultados do Benchmark que terá lugar este ano terão de ser pormenorizadamente analisados, tendo em conta as inúmeras dúvidas que permanecem (Identidade das unidades populacionais..).

- No que respeita às novas modalidades de gestão das Raias, as decisões adotadas há pouco foram apreciadas. Contudo, convinha aprofundar os conhecimentos científicos, reforçando os dados colocados ao dispor dos cientistas.

- Seria útil, no caso de todas as unidades populacionais cujos conhecimentos científicos são parcelares, aplicar o princípio de estabilidade presumida (Verdinho VIII, Juliana VIII).

- A aplicação direta e não conflitual da regra de controlo das capturas da anchova VIII foi devidamente apreciada, pelo que deve ser considerada como um exemplo.

Ponto de Situação - Atualidades Comunitárias

Novo Quadro de Medidas Técnicas:

Os Membros foram informados dos elementos de calendário em torno da adoção deste relatório. Relativamente aos trabalhos do Conselho, as discussões parecem estar atualmente num impasse, apesar de várias reuniões, devido a negociações difíceis respeitantes às malhagens. No Parlamento Europeu, os trabalhos ainda não iniciaram oficialmente. No entanto, o relator, M. Mato, está ciente da importância de todas estas questões, nomeadamente no respeitante à manutenção das normas existentes. Desconhece-se, ainda, o calendário de trabalho. Nesta fase, é impossível prever a data de início da reunião tripartida e muito menos a data de adoção formal deste Quadro.

O novo Quadro destina-se a ser complementado, nomeadamente através da regionalização, pelo que é de lamentar - mas infelizmente provável - que esta importante ferramenta fique plenamente operacional somente no fim da PCP. Para além disso, foram expressas dúvidas e receios relativos à ausência de convergência e ligação entre o futuro plano de gestão e as Medidas Técnicas.

Controlo:

A avaliação do Quadro de Controlo das Pescas na Europa por parte da Comissão sofreu algum atraso relativamente à agenda inicial. Atualmente, a análise da DG Mare está quase concluída, mas serão ainda necessários dois meses antes da publicação oficial, devido a consultas internas em curso. Está previsto a Comissão partilhar com as Partes Envolvidas os resultados da sua análise e refletir coletivamente à melhor forma de aplicar os resultados dos trabalhos. Relativamente a este ponto, já está previsto a Comissão intervir durante os GT de Primavera do CC Sul.





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Projeto Pesca artesanal

A. Murillas (AZTI) apresentou um relatório intercalar sobre o projeto atualmente realizado, com vista a reforçar a participação da Pesca Artesanal no processo decisório. Na sequência de uma cartografia de todas as estruturas Pesca do Território do CC Sul, o envolvimento da Pesca Artesanal foi avaliado segundo princípios de boa governação e para vários casos de estudos. Foram apresentadas as orientações globais dos diferentes princípios analisados, bem como os procedimentos futuros.

Esta apresentação deu azo a inúmeras e intensas reações - o que reflete todo o interesse deste tipo de estudos para os Membros do CC Sul. A questão da definição da Pesca Artesanal parece dar cada vez mais lugar a desacordos entre os Membros, sendo, aliás, especificado que, para o projeto, a definição Comunitária (menos de 12 metros e artes passivas) era a aplicada. Foram emitidas várias observações relativamente aos elementos apresentados, às quais a Azti dará resposta eletronicamente.

Pesca recreativa

As principais conclusões deste Workshop foram apresentadas, sendo salientado o seu grande êxito, como demonstrado pelo grande número de participantes.

Para além disso, como evidenciado pelo relatório de 120 páginas ([http://www.verdeprofundo.net/wpcontent/uploads/2016/09/Informe Taller PMR At lantico Iberico.pdf](http://www.verdeprofundo.net/wpcontent/uploads/2016/09/Informe_Taller_PMR_At_lantico_Iberico.pdf)) as discussões foram inúmeras e intensas.

Os seguintes ensinamentos podem ser retirados:

- A atividade de Pesca Recreativa é globalmente pouco estudada.
- O seu quadro de gestão é global e difuso.
- O uso desta prática cruza-se com inúmeras outras.
- Existe um défice de comunicação entre a pesca lúdica, a pesca comercial e os cientistas.

Estes elementos decorrem de diferentes causas (estruturação e quadro de recolha de dados deficientes), revelando, de modo geral, uma prioridade principal: O reforço e a estruturação dos conhecimentos em torno das atividades de Pesca Recreativa.

Os Membros apreciaram esta apresentação, estando os pontos evocados totalmente em fase com os trabalhos a longo prazo do CC Sul relativamente a este assunto. Espera-se que o Workshop contribua utilmente para a conclusão do parecer, que será novamente debatido durante os GT da primavera.

Foi acordado o relatório ter a maior difusão possível, ser comunicado a todas as administrações e constar do futuro parecer do CC Sul.





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

O Secretariado reagiu, indicando que contribuiria na medida dos seus meios, colocando, por exemplo, o relatório no seu Web site. Para além disso, o Comité Executivo poderá decidir anexar esse mesmo relatório ao futuro parecer, como é habitual fazer.

Obrigação de Desembarque

Este ponto da Ordem do Dia identifica diferentes objetivos. Em primeiro lugar, os Membros serão informados do conteúdo das decisões adotadas há pouco, relativas   aplica o da Obriga o de Desembarque em 2017. De modo a alimentar a comunica o de dados (*reporting*) da DG Mare sobre o assunto, os Membros serão em seguida interrogados relativamente às suas experiências, podendo dar o seu testemunho quanto às modalidades de aplica o vigentes até   data. Por fim, um debate destinar-se-  a definir um rumo geral relativamente   ambi o do CC Sul para 2018 e anos seguintes. Antes de abordar estes 3 pontos, o Secretariado apresentou alguns elementos de análise pessoal, para os Membros se interrogarem sobre a melhor estratégia a seguir nos próximos meses.

Pontos de informa o:

Foi feita uma breve síntese dos Atos Delegados atualmente vigentes, estando estes também disponíveis no Web site do CC Sul. Convém notar a renova o das principais disposi es existentes e o prosseguimento de uma política de pequenos passos no que respeita   aplica o da nova Obriga o. De facto, apenas a frota dos redeiros dirigidos ao tamboril será novamente abrangida por esta Obriga o em 2017; tendo, para além disso sido obtidos ajustamentos em torno do tamanho mínimo do Carapau Ibérico. Estas disposi es estão em total harmonia com a recomenda o conjunta do Grupo de Estados Membros, o que   de saudar, pois traduz uma real operacionalidade da regionaliza o.

Balanço da implementa o:

O questionário proposto pela DG Mare com vista a favorecer uma comunica o de dados (*reporting*) homog nea foi considerado pouco propício a trabalhos coletivos, pelo que foi proposto realizar o balanço com base em 4 elementos de análise (informa o aos marinheiros-pescadores, destino das ex-rejei es, acompanhamento das disposi es adotadas nos «Planos Rejei es», outros problemas). Este método foi validado, associando-lhe duas temáticas adicionais: A qualidade dos diálogos com o Grupo de Estados Membros e o financiamento das a es permitindo a implementa o da OD. Vários Membros lamentaram, para além disso, o conteúdo do questionário da DG Mare, quer por parecer orientado, quer por parecer, em parte, impossível responder a determinadas perguntas.

*Informa es/Comunica o: Considerou-se que os Marinheiros-Pescadores estavam bastante bem informados das suas novas Obriga es, graças às estruturas profissionais,



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

aos Estados Membros e à Comissão (criação de páginas Internet dedicadas ou fichas explicativas).

*Implementação/Aplicação: Globalmente, a aversão do setor para com esta nova obrigação permanece considerável, principalmente devido à ausência de visibilidade e às potenciais consequências socioeconómicas significativas.

Convém salientar e fixar:

- Que a imponente mudança de cultura ligada à gestão das capturas indesejadas está a acontecer, precisando, no entanto, de mais tempo para se aperfeiçoar. Deste modo, a situação considera-se melhor (evitamento das capturas indesejadas, declarações de todas as capturas sujeitas à OD), ainda que, obviamente, tudo se possa aperfeiçoar.
- Que a aplicação de determinadas disposições estabelecidas nos «Planos de Rejeições» autorizando o prosseguimento de algumas rejeições (*slipping*, rejeições por elevada taxa de sobrevivência) não é sinónima de ausência de melhoramento das práticas; à semelhança do Decreto Ministerial Francês sobre o equipamento obrigatório em matéria de dispositivo de triagem (mesa, calha), destinado a favorecer a sobrevivência do lagostim.
- Que ainda existem dificuldades reais na declaração das rejeições abrangidas por uma isenção de Minimis, devido a alguns softwares de LogBooks eletrónicos não adaptados ou para navios com menos de 12 m, submetidos à declaração em papel.

*Acompanhamento : Devido aos elementos anteriormente referidos, os volumes de ex-rejeições desembarcados são provavelmente pouco elevados, assim como as quantidades rejeitadas e declaradas sob a isenção De Minimis são certamente inferiores à realidade. Todavia, os dados são instruídos e processados pelas Administrações.

*Colaboração com o Grupo de Estados Membros (GEM): O CC Sul lamenta em 2016 um arranque tardio dos trabalhos, bem como uma não-compreensão «filosófica» respeitante ao prosseguimento da aplicação da OD pretendida pelo GEM, num contexto regulamentar tão incerto. Por outro lado, é preciso dar destaque a todos os esforços envidados pela Presidência Portuguesa na comunicação referente ao acompanhamento dos trabalhos.

Mais globalmente, é óbvio que a colaboração com o GEM pode ser melhorada e que tanto bons aspetos como maus podem ser apontados a cada uma das Presidências. Espera-se que, tendo sido experimentados vários métodos de trabalho, as coisas se afigurem agora mais claras e ocorra uma capitalização metodológica.



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

*Financiamentos/projetos: Inúmeros trabalhos científicos (seletividade, acompanhamento..) foram completados ou encontram-se em fase de conclusão, quando o instrumento financeiro que devia permitir o acompanhamento e a implementação da PCP está apenas operacional. Assim, o FEAMP não terá ajudado em nada no arranque da implementação da Obrigação de Desembarque e, sem o envolvimento de diversos outros parceiros financeiros, nenhuma solução estaria hoje operacional. Esta questão deve ser vista pragmaticamente: Como uma falha e como um testemunho da constituição saudável de todas as partes envolvidas.

*Diversos: Continuam a verificar-se imensos problemas na aplicação da OD, incidindo estes sobre as *choke species* (pimpim, linguado) e, por fim, sobre as dúvidas mais globalmente ligadas à gestão das quotas num quadro novo.

Perspetivas 2018 – 2019:

Trocaram-se vários pontos de vista de ordem política, refletindo estas opiniões relativamente diversas quanto à estratégia a adotar nos próximos 15 meses - que, teoricamente, deverão ser aproveitados para prever todas as disposições relativas à plena e integral Obrigação de Desembarque.

Regra geral, os problemas estão corretamente identificados e as divergências incidem principalmente sobre o rumo a tomar. Se a reformulação da PCP se afigura como uma resposta demasiado extrema, convém salientar quão um eventual «desmantelamento» Britânico pós-Brexit da PCP, seria vivido como uma humilhação pelos Intervenientes Europeus, que consideram as Autoridades Inglesas como a principal fonte de inspiração deste acordo político. Os Membros do CC Sul apelam a uma tomada de decisão rápida, tanto no que respeita a determinados pontos comunitários (método de cálculo para o acompanhamento da utilização de isenções De Minimis) como nacionais (repartição de quotas). Mais globalmente, foram, até à data, identificadas várias questões e impactos potenciais, aos quais uma resposta deverá ser dada para favorecer a implementação correta da OD.

Operacionalmente, será necessário trabalhar em todas as frentes, sendo uma força de proposta e tentando convencer os decisores relativamente a elementos sobre os quais o CC Sul já se posicionou (pimpim.). Parece evidente, considerando a tecnicidade de alguns debates (precisões de códigos de artes..) que as estruturas profissionais estarão na melhor posição para especificar as disposições a pôr em prática para o registo de todas as capturas ser efetivo na gestão.

Nesta perspetiva, a AGLIA apresentou novos trabalhos destinados a avaliar a sobrevivência. O estudo, assente na metodologia padrão a nível Europeu, confirma os



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

níveis de sobrevivência patenteados em 2014, legitimando, assim, uma das principais reivindicações do CC Sul: A isenção por sobrevivência para essa espécie. Face a estes resultados, a isenção será novamente requerida para 2018 e anos seguintes.

Questões diversas

*Sergio Lopez informou os Membros da sua recente mudança de estrutura. Por esse motivo, considerou-se necessária a organização de um debate interno ao setor Espanhol, de modo a identificar um eventual novo Presidente do Grupo de Trabalho Pescas Tradicionais. Para além disso, este ainda indicou que deixaria de ocupar o assento do CC Sul durante as reuniões organizadas pela Agência Europeia de Controlo, pois José Manuel Beltran - com quem irá trabalhar - já lá ocupa um assento para outro CC. O Comité Executivo terá, por conseguinte, de determinar um novo representante, podendo este ser JM Beltran.

*Os representantes de **CooPescaMadeira** intervieram para denunciar o considerável volume de rejeições de tunídeos no Golfo da Guiné, o qual tem um impacto nas pescarias das RUPs Portuguesas. Para além disso, mostraram-se comovidos com capturas de espadarte realizadas através de redes pelágicas. Finalmente, ressaltaram que a Obrigação de Desembarque também devia ser vista como um meio de se melhorarem os conhecimentos científicos.

*M. Santurtun apresentou os trabalhos realizados pela AZTI no âmbito do acompanhamento da Obrigação de Desembarque - trabalhos esses que são múltiplos e variados e incidem na seletividade, nas taxas de sobrevivência, nas consequências sobre o estado dos recursos, mas também no acompanhamento específico para a Pesca Artesanal.

